



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

206

**QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO Nº 0000680-71.2010.8.17.1590 (0333446-3)

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

AGRAVADA: KARINA VANESSA SOARES CAVALCANTI BARBOSA

RELATOR: Des. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES

**EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. AÇÃO DE COBRANÇA. DÉBITOS RELATIVOS À SALÁRIO, FÉRIAS, 13º SALÁRIO E DESCONTOS INDEVIDOS. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA LEVANTADA PELO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO. SENDO O MUNICÍPIO RESPONSÁVEL PELO LANÇAMENTO INDEVIDO DE DESCONTO NA FOLHA DE PAGAMENTO DA AUTORA, QUE JÁ CONTRIBUÍA JUNTO AO INSS, A ELE CABE O ÔNUS FINANCEIRO DO RESSARCIMENTO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA. VÍNCULO LABORAL DEVIDAMENTE DEMONSTRADO PELA DEMANDANTE. ÔNUS DO ENTE PÚBLICO DE COMPROVAR A EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO, NOS MOLDES DO ART. 333, II, CPC. AUSÊNCIA DE PROVA DO ADIMPLEMENTO DAS VERBAS PLEITEADAS. PRECEDENTES DESTA CORTE. RECURSO IMPROVIDO À UNANIMIDADE.**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo nº 0333446-3, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da 4ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em **negar provimento ao recurso**, mantendo-se inalterada a decisão agravada, nos termos do voto do Desembargador Relator, que fica fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 3º de maio de 2014.

Des. André Oliveira da Silva Guimarães  
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

204  
Top

**QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO Nº 0000680-71.2010.8.17.1590 (0333446-3)**

**AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**

**AGRAVADA: KARINA VANESSA SOARES CAVALCANTI BARBOSA**

**RELATOR: Des. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES**

**RELATÓRIO**

O presente remédio impugnativo tem por finalidade rever a decisão terminativa proferida por esta relatoria, que negou seguimento ao recurso de apelação, reconhecendo a legitimidade passiva do Município de Vitória de Santo Antão para figurar no feito e condenando-o a pagar a demandante: 13º integral do ano de 2008; salário integral do mês de dezembro de 2008; férias integrais referentes ao período de 2005/2006, 2006/2007, 2007/2008 e proporcionais, com acréscimo de 1/3 constitucional, referente ao período de 10/03/2008 a 05/01/2009, a ser pago com observância dos índices oficiais da caderneta de poupança. (fls. 183/188).

Irresignado, o Município de Vitória de Santo Antão apresentou o presente recurso de agravo, com o fim de ver o seu pleito apreciado por este Órgão Colegiado, alegando preliminarmente, igualmente ao que foi dito em seu recurso de apelação, que é parte ilegítima para figurar no feito, tendo em vista que a providência almejada pela demandante somente pode ser satisfeita pelo VITORIAPREV. No mérito, alegou que o marco inicial para a incidência dos juros moratórios é o trânsito em julgado da sentença. (fls. 191/197).

É o relatório.

Recife, 30 de maio de 2014.

**Des. André Oliveira da Silva Guimarães**  
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

208  
*[assinatura]*

**QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO Nº 0000680-71.2010.8.17.1590 (0333446-3)**

**AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**

**AGRAVADA: KARINA VANESSA SOARES CAVALCANTI BARBOSA**

**RELATOR: Des. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES**

**VOTO**

Transcrevo os fundamentos do *decisum* atacado:

• **Preliminar de Ilegitimidade Passiva**

Sustentam os apelantes serem parte ilegítima para figurarem do polo passivo da demanda, no tocante aos descontos previdenciários realizados indevidamente.

O VITORIAPREV alega que nos autos não resta comprovado que os descontos realizados em folha de pagamento da apelada, pelo Município de Vitória de Santo Antão, foram repassados para o Instituto de Previdência Municipal. E que, caso tal fato seja comprovado pelo Município, este poderá cobrar administrativamente ou judicialmente os valores indevidamente repassados por ele.

O Município de Vitória de Santo Antão, por sua vez, afirma que é parte ilegítima passiva, posto que foi a VITORIAPREV quem obteve ganho financeiro com a verba debitada em folha, após o repasse.

De proêmio, rejeito a alegação de ilegitimidade passiva arguida pelo Município de Vitória de Santo Antão e explico.

Os documentos anexados pelo Município, às fls. 90/11, não indicam se o valor referente aos descontos foi repassado efetivamente para o VITORIAPREV, posto que tratam de repasses num valor global, sem identificação dos contribuintes.

Da análise dos autos, evidencia-se ainda que o Município de Vitória de Santo Antão promoveu, a título de contribuição à VITORIAPREV (autarquia municipal responsável pelo sistema previdenciário ao qual se submetem, exclusivamente, os servidores efetivos), descontos previdenciários indevidos, uma vez que a servidora contratada contribuía regularmente para com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

*[assinatura]* 2



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

209  
70

Portanto, sendo o Município apelante responsável pelo lançamento indevido do desconto na folha de pagamento da apelada, uma vez que a mesma já contribuía junto ao INSS, a ele cabe o ônus financeiro do ressarcimento.

Posto isto, rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva arguida pelo Município e acolho o pedido de exclusão da lide, feito pelo VITORIAPREV.

#### DO MÉRITO

Compulsando o encarte processual, verifico que resta demonstrado que a autora/apelada possuía vínculo laboral de auxiliar administrativo com o Município de Vitória de Santo Antão (fls.10/14), na condição de contratado temporariamente no período em que pleiteia as verbas não pagas.

Nessa senda, comprovado o vínculo funcional e, por conseguinte, a contraprestação de serviços, cabe ao ente público a prova de fato impeditivo, modificativo e extintivo do direito do autor, nos moldes do art. 333, II, do CPC, consubstanciada na demonstração do efetivo pagamento das parcelas remuneratórias pleiteadas.

Por sua vez, o Município apelante não se desincumbiu de comprovar o alegado, posto que o documento juntado às fls. 90/133 não comprovam que os valores pleiteados foram de fato adimplidos.

Assim, diante do incontroverso vínculo laboral, mesmo que na condição de contrato temporário, e da ausência de prova quanto ao adimplemento das verbas pleiteadas, devem ser pagos à autora os valores pertinentes a tais verbas, sob pena de se configurar enriquecimento ilícito do ente público.

Nesse sentido, é o entendimento deste egrégio Tribunal:

DIREITO CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SALÁRIOS ATRASADOS. APELO IMPROVIDO. 1. Trata-se de ação de cobrança de verbas salariais não pagas, na qual restaram acostados aos autos documentos suficientes à propositura da ação e comprobatórios do vínculo funcional mantido pelas ex-servidoras com a Municipalidade. 2. Nesse contexto, anotou-se que as alegações referentes à origem do débito, bem como quanto ao fato de tais valores não estarem contabilizados como "restos a pagar", não eximem o Município da responsabilidade para com o pagamento das verbas pleiteadas, o qual, aliás, há de ser feito pelo regime de precatório, de natureza constitucional, o que à evidência

73



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

210  
rf.

não vulnera a legislação infraconstitucional orçamentária ou de responsabilidade fiscal. 3. Destarte, observou-se que o Município apelante não fez prova de todos os pagamentos devidos às servidoras substituídas, a tempo e modo, pelo que a sua omissão nesse mister implica no reconhecimento da procedência do pedido, tal como deferido pela sentença a quo. 4. Mantida a verba honorária fixada em primeiro grau, arbitrada em harmonia com o juízo equitativo a que se reporta o art. 20, § 4º, do CPC. 5. Apelo improvido, à unanimidade. AC 0000339-71.2011.8.17.0600, Relator: Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, Data de Julgamento: 19/04/2012.

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE COBRANÇA DO SALÁRIO DE DEZEMBRO DE 2008. ALEGAÇÃO DO MUNICÍPIO DE QUE NÃO PAGOU ESSA VERBA PORQUE A DESPESA NÃO FOI INSCRITA EM RESTOS A PAGAR, VIOLANDO, POIS, A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. VERBA DE CARÁTER ALIMENTAR QUE SE SOBREPÕE À REFERIDA LEI. FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM QUANTUM RAZOÁVEL. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Trata-se de demanda envolvendo servidores públicos, telefonistas, do Município de Camutanga que visa ao recebimento de salário atrasado relativo ao mês de dezembro de 2008. 2. Creio que é descabida a arguição do Município de que a responsabilidade pelo pagamento das verbas inexistente, por não fazer parte dos restos a pagar na prestação de contas da gestão anterior, indo de encontro ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal. 3. Sabe-se que o salário do servidor público tem caráter alimentar e à Administração Pública, quando apontada como inadimplente no cumprimento desta obrigação, cabe o ônus de demonstrar e fazer prova inequívoca do pagamento da verba perseguida. Destarte, tem-se que a Municipalidade tem a facilidade administrativa e operacional para trazer aos autos documentos que comprovassem suas alegações. Contudo, nenhum documento hábil a atestar a quitação dos salários pleiteados foi colacionado ao processo. 4. O Tribunal de Justiça de Pernambuco já pacificou entendimento da matéria constante nos autos, ou seja, a cobrança de salários atrasados e não pagos de servidores públicos, estando a relação laboral perfeitamente comprovada. Portanto, sendo a verba pleiteada no processo como de natureza alimentar e não demonstrado pelo município qualquer causa modificativa, extintiva ou suspensiva do direito do autor ela é devida, não servindo como argumento, a simples alegação que seu pagamento viola a Lei de Responsabilidade Fiscal. 5. Por fim, a verba honorária que foi arbitrada em quatrocentos reais, com base no artigo 20, §4º do CPC, não merece reparos. Observo que, tendo sido dado à causa o valor de mil e oitocentos reais, equitativa a apreciação do douto julgador ante a permissividade do dispositivo legal referido, considerando o pequeno valor ofertado à ação, portanto, nada a reformar no decisor. 6. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente recurso (RA 281188-

RJ



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

211  
[assinatura]

1/01, 3CDP, rel. Des. Luiz Carlos Figueirêdo, julgado em 13/09/2012).

DIREITO PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SERVIDORES MUNICIPAIS. CARGO COMMISSIONADOS. ALEGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO IRREGULAR. SALÁRIOS ATRASADOS, 13º SALÁRIOS E FÉRIAS. GARANTIAS CONSTITUCIONAIS. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. É cediço que uma vez exercidas regularmente suas funções, o servidor faz jus às gratificações salariais garantidas constitucionalmente. 2. Não tendo realizado prova contrária do alegado se faz a mora por parte do Município recorrente. 3. Ainda que a contratação dos agravados fosse irregular, como alegado pelo agravante, o servidor faz jus a remuneração pelo trabalho prestado, sob pena de se afigurar o enriquecimento ilícito da Administração Pública. 4. Recurso de Agravo improvido. Decisão unânime. RA 265863-9/01, Relator: José Ivo de Paula Guimarães, Data de Julgamento: 29/11/2012.

Ante o exposto, com supedâneo no art. 557, caput, do CPC, DOU PROVIMENTO AO APELO interposto pelo VITORIAPREV - Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Vitória de Santo Antão, para excluí-lo do polo passivo da demanda e NEGO SEGUIMENTO AO APELO interposto pelo Município de Vitória de Santo Antão, mantendo, em relação a este, a sentença monocrática em todos os seus termos.

Pelas razões expostas, tenho que os argumentos expendidos no recurso de agravo sob análise são repetitivos e, nesse particular, o Colendo STJ tem decidido no sentido de que "a reiteração de alegações é conduta reprovável e demonstra o caráter exclusivamente protelatório do recurso" (STJ, 5ª turma, RMS 14.990, Rel. Min. Arnaldo Esteves, j. 10/05/2007).

Sendo assim, não merece acolhida o pedido contido no presente recurso.

Em face do exposto, voto pelo **não provimento** do recurso de agravo, mantendo *in totum* a decisão vergastada.

É como voto.

Recife, 30 de maio de 2014.

[assinatura]  
Des. André Oliveira da Silva Guimarães  
Relator